

O que impede a austeridade

Orçamento

O Congresso Nacional deverá receber, até o final de agosto, um austero projeto orçamentário para 1992. Excluída a folha de pessoal, os gastos de custeio terão de ser 20% menores que os previstos para este ano. Além disso, os investimentos deverão absorver 10% da receita líquida disponível. Se já é difícil montar um projeto com tais características, executá-lo no dia-a-dia da administração será uma tarefa extremamente complicada. Austeridade financeira não é apenas uma questão de vontade. A despesa de manutenção já está muito reduzida. Um corte mais fundo, adverte o secretário do Planejamento, Pedro Pullen Parente, poderá prejudicar seriamente o serviço público. É indispensável, portanto, um debate político mais sério a respeito da atuação e dos gastos do setor público em todos os níveis de governo.

Nas condições atuais, o governo federal parece haver atingido o limite de ajuste da administração direta. Como não se pode reduzir o número de funcionários, o gasto salarial é dificilmente comprimível. Deixar a inflação

corroer os salários do servidor público é uma solução pobre e de uso limitado. Compromete a qualidade dos serviços e é politicamente insustentável por longo tempo. Por isso mesmo o Executivo está propondo um adiantamento de 20% para a maioria dos funcionários civis e militares. É indispensável, portanto, estender a política de ajuste financeiro a outras áreas do setor público, isto é, às empresas governamentais e às administrações de Estados e municípios.

Nessas três frentes pouco se avançou até agora. O programa de privatização permanece emperrado e, enquanto isso, governadores e prefeitos demoram a adotar políticas mais duras de contenção de gastos e de saneamento dos passivos financeiros. Sem progresso nessas frentes não se poderá falar em ajuste das contas públicas. E não haverá progresso, comenta-se no Ministério da Economia e no Banco Central, se a tolerância financeira for o preço da aproximação política entre o presidente Fernando Collor e os governadores dos Estados mais ricos.

ESTADO DE SÃO PAULO

25 JUL 1991